

Dificuldades do governo no Congresso

* 7 DEZ 1992

GAZETA MERCANTIL

por Cláudia Safatle
de Brasília

A engenharia política que o presidente em exercício, Itamar Franco, utilizou para formar seu governo começa a ser questionada.

Apesar de ter escolhido treze ministros com mandato parlamentar para compor os postos mais nobres da administração federal, e passados 65 dias da posse do vice-presidente no cargo de chefe de Estado, o Congresso Nacional não votou um projeto de lei da lista de mais de dez matérias consideradas "modernizantes" pelo governo. Mostra, ainda, inapetência para aprovar um projeto de reforma fiscal que equacione o regime de falência do Estado.

Esses receios estariam na raiz de uma eventual reforma ministerial que poderá vir a ocorrer após a votação do "impeachment" do presidente afastado, Fernando Collor de Mello, pelo Senado Federal, marcada para o próximo dia 22.

"Onde está o Congresso Nacional?", indagou um ministro de Estado, preocupado com a postura de "um certo descompromisso" do Parlamento com a construção de um governo que veio substituir o outro, derrubado pelo Congresso.

O primeiro sinal de alerta acendeu no centro do governo Itamar Franco com a desastrosa votação (26 votos a favor e 25 contra) da indicação do nome de José Aparecido, amigo pessoal do presidente em exercício, para ocupar a embaixada brasileira em Lisboa. Os temores ficaram crescentes com a postergação de uma decisão sobre a reforma fiscal para 1993, como tudo parece indicar.

O ministro da Fazenda, Gustavo Krause, estava inquieto na última sexta-feira. Depois de conversar com o presidente em exercício sobre as dificuldades para aprovação de uma reforma fiscal ainda este ano, ele comentou: "O Congresso tem que assumir sua responsabilidade junto à sociedade e instrumentalizar um governo que nas-

ceu do Congresso. Adiar a reforma fiscal significa retardar seus efeitos, afetar as expectativas inflacionárias e atrasar a retomada do crescimento econômico. Não posso creditar nisso", confor e declarou a este jornal.

Segundo informações do Palácio do Planalto, deverá haver na próxima terça-feira uma reunião com todos os ministros parlamentares, para que eles mobilizem seus partidos na apreciação da reforma.

Estão representados no governo Itamar Franco PSDB, PSB, PMDB, PTB, PDT, PFL e PT. Isso significaria, se houvesse compromisso partidário com o governo, mais de trezentos votos, suficientes para aprovar emenda constitucional. Na prática, contudo, não é assim, lembrou outro ministro: "O PSDB tem quatro ministros, mas o líder do partido na Câmara, deputado José Serra, está contra o projeto de ajuste fiscal".

A escolha do deputado Alberto Goldman para a pasta do Ministério dos Transportes não trouxe o apoio de Orestes Quêrcia (presidente do PMDB) ao governo Itamar. É exatamente esse "descompromisso" partidário que deve ser reavaliado após o dia 22 de dezembro, e uma maneira de contornar esse problema talvez seja um acordo em torno de um programa mínimo de governo.

O líder do governo na Câmara, deputado Roberto Freire (PPS-PE), em conversa com a repórter Adriana Vasconcelos, deste jornal, disse que o presidente em exercício não pensa em reforma ministerial.

Na área econômica, os principais assessores consideram quase inevitável que medidas antiinflacionárias mais fortes sejam tomadas quando Itamar Franco assumir a Presidência da República. Sobre o perfil de providências que alonguem o perfil do endividamento interno: "Mas qualquer medida mais forte tem que ter base de sustentação parlamentar", lembrou outro qualificado auxiliar do governo.

Para o ministro da Fazenda, o imobilismo do Congresso "é apenas uma turbulência e prevalecerá o senso político". Lembrou que Collor tinha uma postura confrontacionista e ainda assim "o Congresso deu até o confisco para ele".